Ricardo Martín de la Guardia

A QUEDA DO MURO DE BERLIM

O FINAL DA GUERRA FRIA
E O APOGEU DE UM NOVO MUNDO

Tradução de
João Carlos Alvim

a esfera dos livros

ÍNDICE

INTRODUÇÃO. O Muro de Berlim, emblema de uma Alemanha dividida	9
1. A República Democrática Alemã: uma ilusão de ótica na Europa sovietaizada	31
2. A República Federal da Alemanha nos anos setenta e oitenta	57
3. Duas quedas estrepitosas: a Cortina de Ferro e Honecker	73
4. Uma data para recordar	101
5. A RFA e a queda da RDA	117
6. As eleições de março para a Volkskammer	143
7. A RDA após as eleições de 18 de março	157
8. A Europa e o mundo perante a unidade alemã	163
9. A Alemanha recupera a unidade	197
10. As consequências imediatas da reunificação	219
11. A Europa depois do Muro	245
CONCLUSÃO	253
EPÍLOGO. 1989-2019: a Europa e o mundo, trinta anos depois	271
BIBLIOGRAFIA	281
NOTAS	283

INTRODUÇÃO

O MURO DE BERLIM, EMBLEMA DE UMA ALEMANHA DIVIDIDA

Novembro de 1989 foi, sem dúvida, o mês que abriu definitivamente as portas ao fim do sistema internacional surgido após a Segunda Guerra Mundial. A queda do Muro de Berlim, no dia 9, transcendeu o símbolo de uma cidade, de um país e de um continente divididos por mor das circunstâncias vividas há várias décadas, para abrir um futuro incerto, mas esperançoso, o de um cenário radicalmente distinto da Guerra Fria, em que os atores principais e secundários teriam de reconsiderar os respetivos papéis. Desaparecia a grande fronteira do mundo moderno.

A sinistra eficácia do Muro tinha-se feito sentir desde a sua construção em agosto de 1961. O Muro tinha feito de Berlim Ocidental uma ilha rodeada por um imenso cárcere, o de um dos sistemas de dominação comunista mais repressivos da história. Nos vinte e oito anos que se seguiram, cerca de cinco mil pessoas tentaram atravessar esta barreira erguida contra as supostas agressões do capitalismo. Utilizando os mais diversos meios, tinham decidido arriscar a vida para abandonar a República Democrática Alemã. Entre uma e duas centenas de pessoas tinham sido apanhadas ou eliminadas pela polícia da Alemanha de Leste, quando tentavam atingir a zona ocidental de Berlim. Segundo números oficiais do ministério público da República Federal da Alemanha, entre 13 de agosto de 1961 e 9 de novembro de 1989, morreram 86 pessoas a tentar passar para o outro lado, se bem que outras fontes indiquem – recorrendo a critérios diferentes – que foram na realidade 125 ou até 227.¹ Ainda que cada morte seja uma tragédia em si mesma, o facto de não ter sido um número muito elevado ao longo de tantos anos pode

surpreender, sendo importante, contudo, ter em conta que nos referimos apenas às vítimas que perderam a vida e que seria quase impossível calcular quantas famílias ficaram desfeitas, quantas vidas arruinadas, quantos direitos desrespeitados.

Façamos, porém, um pouco de história. Estabelecida como aplicação dos acordos adotados pelas potências vencedoras em 1945, a divisão entre os setores oriental e ocidental de Berlim prejudicava largamente a RDA. Ao iniciar-se a década de 60, cerca de cinquenta mil pessoas passavam todos os dias da zona oriental para a zona ocidental da cidade, para trabalharem nas empresas, mais numerosas e modernas, instaladas nesta última, regressando depois para dormir aos bairros orientais, devido, em grande parte, às rendas serem aí mais baratas. A esta situação, acresciam ainda o problema do abastecimento e o caos decorrente da circulação de duas moedas. As diferenças na reconstrução da cidade, nas formas de vida... em suma, a fenda que estava a abrir-se era inquietante para as autoridades comunistas. A marcha florescente do enclave capitalista em pleno coração do mundo soviético era intolerável, não só para a legitimidade do Estado da Alemanha de Leste, mas também para o prestígio da União Soviética.

Pelo menos desde 1959 que os dirigentes da RDA ponderavam a ideia de tomar medidas drásticas relativamente à questão de Berlim, mas a decisão ia sendo adiada por causa da relação mais ou menos tensa entre as duas superpotências. Precisamente, a conjuntura internacional teve uma influência notável na construção do Muro, como aliás teria em todos os episódios mais importantes da Guerra Fria.

Walter Ulbricht, dirigente da Alemanha de Leste, tinha falado em diversas ocasiões com Nikita Khrushchov, secretário-geral do PCUS, a respeito da problemática fronteira entre os dois setores de Berlim; contudo, o secretário-geral do PCUS tinha-se mostrado sempre reticente quanto à adoção de decisões mais duras. Durante o ano de 1960, Ulbricht queixara-se insistentemente, por carta, da crescente gravidade dos problemas económicos da RDA provocados pela saída da população para o Ocidente, e inclusivamente parecia ter-se decidido a tomar uma medida mais drástica, como o fecho da fronteira em Berlim, segundo a Embaixada soviética informou Moscovo.² No final do ano, Khrushchov prometeu-lhe uma maior ajuda económica e disse que, assim que surgisse a oportunidade, trataria de maneira prioritária da questão berlinense com o novo presidente norte-americano.

O secretário-geral do SED (Sozialistische Einheitspartei Deutschlands, Partido Socialista Unificado da Alemanha) nunca teve Khrushchov em grande consideração e chegou várias vezes a atrever-se a discordar dos seus critérios. Por isso, em princípios de janeiro de 1961, desconfiando dele, propôs ao Politburo a criação de uma comissão de trabalho para analisar a situação de Berlim e propor medidas que travassem a fuga da população. Nesta pequena equipa figuravam dois dos seus mais próximos colaboradores: Erich Mielke, o chefe da Stasi, e Erich Honecker, ministro da Segurança. Durante os meses seguintes, sem informar os soviéticos nem pedir-lhes consentimento, o governo da Alemanha Oriental endureceu os dispositivos de controlo fronteiriços.

A preocupação de Khrushchov com a atitude do seu homólogo tinha muito que ver com a cimeira prevista para Viena, durante os primeiros dias de junho, na qual teria de discutir com o presidente Kennedy a espinhosa questão de Cuba. Um agravamento da situação por causa da atitude de Ulbricht quanto a Berlim podia fazer perigar o encontro, do qual a opinião pública internacional esperava um desanuviamento da relação entre as superpotências. Para além do debate a respeito de Cuba e Berlim, a Cimeira de Viena serviu para discutir a forma de limitar a corrida ao armamento nuclear, a benefício de uma nova etapa das relações internacionais, que permitisse uma maior tranquilidade. Com efeito, entre a primavera de 1961 e o outono de 1962, o grau de confrontação iria aumentar por causa da revolução cubana e da crise dos mísseis. Nesse contexto, as declarações de Khrushchov em que reiterava o seu completo apoio ao regime de Berlim Leste e mostrava vontade de firmar unilateralmente um tratado de paz com a RDA provocaram uma avalanche de fugas, em redor de dez mil pessoas, entre os dias 1 e 10 de agosto de 1961.

Antes de as relações se degradarem, a foto do aperto de mãos entre Khrushchov e Kennedy, captada em Viena, no sábado 3 de junho de 1961, por volta das 12:45, andou pelas rotativas dos principais jornais de todo o mundo. No dia seguinte, de acordo com o programa estabelecido, dever-se-ia falar de Berlim. Khrushchov foi muito claro e propôs a Kennedy um tratado de paz que desse a guerra por definitivamente finda e que, conseqüentemente, modificasse o estatuto de Berlim. Se os Estados Unidos não aceitassem isso, a URSS dispor-se-ia a assinar a paz em separado. Embora um pouco intimidado pela veemência do líder soviético e atormentado pela sua menor experiência nesse género de

reuniões de alto nível, Kennedy não cedeu. Pretendia conseguir um acordo geral entre as duas potências e os dois Estados alemães, que, com o tempo, pudesse solucionar de uma vez por todas o futuro da Alemanha. O equilíbrio de poder na Europa não sofreria alterações.

De imediato, Khrushchov entregou-lhe em mão um memorando no qual explicitava as ideias que expusera, um gesto que surpreendeu a delegação norte-americana, pela maior pressão que implicava. Estavam ali muitos dos argumentos do discurso expendido por Ulbricht desde há algum tempo. Para satisfação deste, parecia que Khrushchov tinha assumido uma posição irreversível: firmaria logo que possível um tratado de paz com a Alemanha de Leste, cujas consequências alterariam em profundidade o estatuto de Berlim Ocidental, pois as comunicações com a cidade e a presença de tropas norte-americanas deveriam ajustar-se a um futuro acordo com a RDA. Obviamente, quando, poucos dias depois, o embaixador soviético informou Ulbricht, a sua satisfação foi completa: com a sua persistência, tinha conseguido influir no ânimo e na tomada de decisões do responsável máximo pela política da URSS.³

Sem hesitar, o secretário-geral do SED não desperdiçou a oportunidade que Viena lhe dava para prosseguir e acelerar os seus planos, antes que o Kremlin pudesse mudar de opinião ou desinteressar-se do assunto, se entretanto surgissem novos focos de tensão com os Estados Unidos. Ainda que, na altura, Khrushchov assumisse a responsabilidade absoluta por aquilo que deveria passar-se em Berlim,⁴ aos poucos o líder soviético deu a sua bênção aos planos de Ulbricht, consoante disse a este o embaixador Mikhaíl G. Pervujin, no dia 6 de julho. Três dias antes, Ulbricht aterrara em Moscovo para combinar pormenores com Khrushchov e para informar os membros do Pacto de Varsóvia quanto às suas pretensões. Não teria sido possível avançar para a construção do Muro à revelia do Kremlin, mas a insistência do governo da Alemanha Oriental acabou por ser um fator indispensável. Para este, o que estava em jogo era a sobrevivência da RDA: todos os relatórios disponíveis sobre a situação previam um colapso da sua economia, se não se pusesse um termo à sangria de população e de recursos.

Daí em diante, os acontecimentos desenrolaram-se com rapidez. Na reunião, tinha-se estabelecido uma data para fechar a fronteira entre os dois setores de Berlim, com um muro de arame farpado, que deveria ser substituído logo que possível por outro de maior solidez: far-se-ia isso na noite de sábado 12 para domingo 13 de agosto. Era essencial

limitar as ações ao território oriental da cidade, sem beliscar Berlim Ocidental, para evitar uma eventual intervenção norte-americana. Nas reuniões dos dias subsequentes, os governos comunistas dos países do Pacto aceitaram a proposta do fecho da fronteira, «para pôr fim às atividades subversivas». Aos olhos dos Estados socialistas, a consolidação da RDA servia para justificar, perante as suas populações, o vigor com que os respetivos regimes lidavam com os Estados Unidos, mas também lhes suscitava dúvidas, como no caso checoslovaco, visto que o seu florescente comércio com a Europa Ocidental podia ser com isso afetado. Apesar disso, a disciplina soviética acabou por impor-se.

De forma que no sábado 12 de agosto de 1961, enquanto a RFA se encontrava em plena campanha eleitoral para a Chancelaria – tanto Brandt, em Nuremberga, como Adenauer, em Lübeck, tinham aludido em amplos comícios aos refugiados da Alemanha comunista –, o secretário-geral do SED organizou uma receção na sua residência de Wandlitz, para a qual foram convidados os principais dirigentes do Partido-Estado, que na maioria viviam ali desde o início da década de 60. O lugar fora cuidadosamente escolhido: estava situado a uns trinta quilómetros a norte de Berlim, uma distância prudente se se tiver em conta o motivo que tinha levado os responsáveis máximos do Estado a mudar a localização das suas habitações. Durante os anos 50, tinham vivido em Pankow, que ficava muito mais próximo do centro da capital e onde estavam concentrados os pontos de decisão política e da vida administrativa. Contudo, as manifestações operárias de junho de 1953 e o temor de um contágio revolucionário, após os acontecimentos do outono húngaro de 1956, tinham aconselhado a que se protegessem de qualquer ação suscetível de perturbar a sua atividade quotidiana. E sem sombra de dúvidas, Wandlitz, rodeada de bosques e com boas comunicações com Berlim, oferecia todas as vantagens desejadas pelo círculo do poder. A obsessão com a segurança também se evidenciou na construção de um muro de quatro quilómetros que delimitava a zona residencial, à qual só podia aceder-se através de áreas de rigoroso controlo.

Pelas dez da noite, perante o assombro da maioria dos presentes, Ulbricht anunciou-lhes o fecho das fronteiras entre as duas zonas de Berlim. Igual perplexidade invadiu os responsáveis políticos dos países ocidentais, cujos serviços secretos não tinham detetado nenhum movimento importante a tal respeito, até um certo número de soldados e operários da Alemanha Oriental terem começado a realizar aquele

trabalho peculiar ao anoitecer daquele dia quente de verão. Fora posta em marcha a «Operação Rosa» coordenada por Erich Honecker, responsável máximo pela segurança no Comité Central do Partido. Mais de dez mil pessoas instalavam em redor de Berlim Ocidental blocos de cimento e arame farpado.

Na madrugada do dia 13, a rádio que emitia no setor oriental difundiu uma resolução do Conselho de Ministros da RDA, que fora aprovada na véspera, nos termos da qual, «para impedir as atividades agressivas das forças militares e revanchistas da Alemanha e de Berlim Ocidental, se manteria um controlo das fronteiras da RDA, incluindo as fronteiras com o setor ocidental da Grande Berlim, como é normal acontecer nas fronteiras de qualquer Estado soberano».⁵ Nos dias que se seguiram só permaneceram abertas sete passagens de trânsito fortemente controladas entre as duas zonas da antiga capital do Reich; consoante a correta definição do senado berlinense, dada na sua reunião extraordinária da manhã seguinte, «tinha-se erguido a parede de um campo de concentração».

Uma das grandes figuras da literatura da Alemanha de Leste, Christa Wolf, militante do partido durante quarenta anos – praticamente os mesmos da existência da RDA – descreveu em *Der Geteilte Himmel* [O Céu Partido], publicado em 1953, a relação particular entre as duas zonas da Alemanha do pós-Segunda Guerra Mundial. A ação decorre durante os meses que antecederam a construção do Muro: Rita Seidel e Manfred Herrfurth são um jovem casal que vive em Halle e têm opiniões diferentes com respeito ao futuro. Desencantado com a evolução da República Democrática, Manfred decide fugir para o Ocidente. O mesmo faz Rita, menos convencida, mas levada pelo amor. Contudo, ela não se acostuma à sua nova vida e resolve regressar a Halle. A ligação de ambos rompe-se definitivamente uns dias depois, na data da construção do Muro, tornando-se irreconciliáveis as suas aspirações: Manfred não vislumbra nenhuma possibilidade de melhoria pessoal nem afetiva dentro da RDA, enquanto Rita está convencida de que, trabalhando juntamente com os seus concidadãos, poderá contribuir para superar as deficiências do regime comunista.

Parece, por conseguinte, que a decisão final sobre a construção do Muro foi tomada, com o beneplácito da URSS, numa reunião de altos representantes do Pacto de Varsóvia, nesses primeiros dias do mês. Como já vimos, na madrugada de domingo dia 13, voluntários do Partido

Comunista e forças da polícia começaram a erguer, de início com arame farpado e depois com betão armado, um muro de separação a que a elite do regime chamaria «a proteção antifascista». O esforço continuado levou a que, no espaço de uma semana, ficassem prontos os quarenta quilómetros de parede em redor do setor ocidental. Até essa data, mais de 2,7 milhões de cidadãos da Alemanha de Leste tinham deixado o seu país: a sangria demográfica punha em causa as bondades da República Democrática, além de ser muito preocupante, não só devido à imagem que dela projetava, como também porque os que fugiam, sobretudo jovens e membros dos setores mais bem preparados da população, dificultavam a recuperação económica.

O chanceler Adenauer exigiu aos seus aliados ocidentais o bloqueio económico da União Soviética como réplica à divisão da antiga capital do Reich, mas, uma vez mais, a Guerra Fria impôs a sua lógica. Se bem que Washington tenha enviado o vice-presidente Lyndon B. Johnson a Berlim para se inteirar em primeira mão daquilo que estava a suceder e pese embora tanto os Estados Unidos como a França terem pedido garantias totais para os voos com destino ao setor ocidental, parecia que todos consideravam a divisão da cidade como um facto consumado.

De todo o modo, os países aliados responderam tardiamente ao repto lançado por Moscovo: a nota oficial de protesto chegou a 17 de agosto. Mais ainda, a célebre carta enviada por Brandt a Kennedy um dia antes não surtiu efeito no presidente norte-americano, no qual as autoridades alemãs tinham depositado a sua confiança. O conteúdo da carta era inequívoco: depois do passo dado pelos soviéticos teria lugar um segundo episódio em que Berlim acabaria por se converter num gueto, separado da Alemanha, e perderia a sua função enquanto símbolo da liberdade. Na sua resposta do dia 18, Kennedy solicitava a Brandt, num tom muito contido, que lhe indicasse medidas a tomar nesse novo cenário, convidando-o a aceitar a situação de facto. A decepção espalhou-se entre a população de Berlim Ocidental, que sentiu ter sido abandonada pela superpotência. O êxito da operação deu razão a Ulbricht, o qual, pese embora a sombra projetada pelo Muro, conseguiu assim estabilizar a RDA.

Com efeito, conforme veremos adiante com mais pormenor, ao longo dessa década de 60 o Estado alemão oriental asseguraria a sua existência afirmando-se perante a Europa e o mundo como uma alternativa

viável. As esperanças de Adenauer a respeito de uma possível reunificação desvaneceram-se; a sua estratégia de força encalhara. Pôde constatar-se esse fracasso quando Ludwig Erhard, após ter-lhe sucedido na Chancelaria federal, apresentou em vão uma proposta para que as quatro potências redigissem um tratado de paz global relativo ao território das «duas Alemanhas», tratado esse que, em seguida, seria aceite por um governo escolhido em eleições celebradas no conjunto da Alemanha. A Guerra Fria ditou o enquadramento da ação possível e as duas grandes potências deixaram que o tempo passasse, sem mostrarem qualquer interesse em alterar o estado de coisas.

Regressando àquele fatídico agosto de 1961, no dia 22 um resplandecente Ulbricht, convencido de que iria ficar na história pelo grande passo que tinham sido o cerco e a derrota do capitalismo em solo berlinense, tornou público o estabelecimento de uma terra de ninguém de cem metros para cada lado do Muro e, pouco depois, a redução das passagens fronteiriças, para os habitantes de Berlim Ocidental, a apenas uma: o chamado «Checkpoint Charlie» da Friedrichstrasse, que acabaria por se tornar um referencial da Guerra Fria. Nenhuma destas duas decisões obtivera a aquiescência do Kremlin, que aliás o obrigara a desdizer-se em relação à primeira, para evitar um confronto com os países ocidentais.⁶

Logo no dia seguinte, a 23, a população de Berlim Leste ficou sem poder dirigir-se ao outro setor, instalando-se assim a situação de Guerra Fria. Os aliados da República Federal limitaram-se a protestar perante as autoridades soviéticas; conhece-se a já referida carta enviada a 16 de agosto por Willy Brandt, na qualidade de presidente da Câmara de Berlim Ocidental, ao presidente John F. Kennedy, na qual expressava um profundo pesar pela inação da Administração americana, uma atitude que, segundo ele, dava carta de alforria à ilegalidade que fora cometida.⁷

Na perspetiva dos dirigentes da Alemanha de Leste, para a construção do Muro tinha pesado – além das perdas gravosas de natureza socioeconómica, provocadas pela constante saída de alemães que, tendo boa formação nas suas várias especialidades, obtinham salários e condições de trabalho muito favoráveis no Ocidente – a erosão da legitimidade de um Estado socialista, tecnicamente igualitário, de que fugia a sua população. A justificação residia, pois, na constante ameaça imperialista que rondava as democracias populares. Os serviços de espionagem ocidentais corrompiam cidadãos da RDA com o objetivo de sabotarem a sua

economia e de levarem pessoas pouco instruídas a deixar o país. Segundo as autoridades comunistas, os Estados Unidos, a NATO e, em geral, os governos capitalistas estavam por detrás dessa operação e despendiam nela milhões de dólares. Naturalmente, tanto a União Soviética como o Pacto de Varsóvia emitiram comunicados a apoiar a decisão tomada por Berlim Leste. Como se isso não bastasse, durante aquele mês e no mês seguinte intensificou-se a pressão soviética na procura de um acordo que convertesse Berlim Ocidental naquilo a que Khrushchov chamava «uma cidade livre desmilitarizada». O Kremlin defendeu esta fórmula no decurso das conversações iniciadas entre as duas superpotências, em finais desse ano de 1961, com vista à redução dos armamentos, se bem que, finalmente, não se tenha dado nenhum passo a tal respeito.⁸

No dia 24, o Muro causou a sua primeira vítima. Günter Liftin tinha trabalhado como alfaiate em Berlim Ocidental e era uma das cerca de cinquenta mil pessoas que até uns dias antes tinham atravessado diariamente a cidade. Cobrava os seus honorários em marcos ocidentais e trocava-os no mercado negro com uma margem muito proveitosa (um *Deutsche Mark*, ou marco alemão, por cinco marcos orientais). Os primeiros dias que se seguiram ao dia 13 foram passados entre a surpresa e a consternação, até convencer-se de que a medida tomada pelas autoridades comunistas não seria transitória. Aos poucos, o arame farpado foi sendo substituído por muros de cimento armado com três metros e meio de altura. Na tarde daquele dia quente de agosto, Liftin lançou-se às águas do rio Spree na zona de Humboldthafen. Não sobreviveu aos cerca de trinta metros que separavam as duas margens. Neste caso, um polícia de trânsito, após uma advertência, metralhou-o. Não foi permitido aos familiares verem o corpo antes do funeral, nem sequer para efeitos de reconhecimento. O castigo tinha de ser exemplar.⁹

Como noutros momentos críticos de confronto entre os dois blocos, a tensão começou a aliviar-se – neste caso em outubro – quando, por um lado, durante as sessões do vigésimo-segundo congresso do PCUS, Khrushchov valorizou a atitude positiva dos aliados ocidentais na procura de uma solução para o problema, enquanto, por outro lado, Kennedy assegurou que o seu principal objetivo era garantir a comunicação com a ilha recém-criada.

Pela sua parte, as autoridades de Berlim Leste, através da Frente Nacional (que, sob a hegemonia do SED, agregava as outras formações políticas como meras correias de transmissão do Partido Comunista),

emitiriam em 1962 um comunicado, o chamado «Documento da Nação», no qual se justificava a construção do Muro e se legitimava o seu Estado: «A República Democrática Alemã não só é o único Estado alemão legal do ponto de vista do direito internacional, no que se refere ao Acordo de Potsdam, e, por conseguinte, o único Estado alemão em virtude da legalidade histórica [...]».¹⁰ O documento enfatizava a vontade de conviver pacificamente com a RFA, propondo uma confederação dos dois Estados. A natureza socialista da RDA surgia consignada no texto como o pilar sobre o qual assentava o Estado e, portanto, como o elemento chave irrenunciável para manter as suas características identitárias.

A construção do Muro, vista do lado contrário

Por alturas da primavera desse ano de 1961, Konrad Adenauer, chanceler da República Federal da Alemanha, sabia já que, fossem quais fossem as simpatias que tinha pelo novo presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, devia estabelecer quanto antes um contacto direto com ele, motivo por que, em abril, atravessou o Atlântico para efetuar aquilo que, na realidade, não foi mais do que uma visita de cortesia. Antes da viagem, Dean Acheson, um dos homens fortes do Departamento de Estado norte-americano – na verdade, tinha sido seu titular entre 1949 e 1953 –, tinha-o tranquilizado, assegurando-lhe que, apesar de irem ser repensados alguns aspetos da política internacional, a defesa da Alemanha ante uma possível agressão soviética estaria sempre assegurada.

Ia surgir em breve a oportunidade de comprovar até onde estavam dispostos a chegar os aliados nessa defesa da Alemanha, de Berlim em particular, como baluarte do mundo livre. Ao longo de 1960, após a reunião de Eisenhower e Khrushchov em Camp David, nos dias 26 e 27 de setembro de 1959 – que suscitou um momento de otimismo relativamente à crise de 1958 –, o desentendimento entre as duas superpotências tinha voltado a evidenciar-se. O dirigente soviético continuava a pretender assinar a paz com a RDA de forma unilateral. Perante a tensão crescente, o novo presidente norte-americano, John F. Kennedy, iniciou o seu mandato em janeiro de 1961 com uma conceção muito diferente da política sobre Berlim e, em finais de julho, afirmou que garantiria a

continuidade das forças aliadas na cidade e o livre acesso a Berlim, a partir da República Federal, não só aos cidadãos da antiga capital e da RFA, mas ainda aos de todas as nações aliadas.¹¹

Na primeira reunião dos dois dirigentes em Viena, durante a primavera de 1961, Khrushchov fez a ameaça de um novo ultimato. Antes de acabar o ano, as potências ocidentais deveriam assinar um tratado de paz com os Estados alemães; se assim não acontecesse, Moscovo fá-lo-ia de forma unilateral com a RDA e, em virtude disso, o governo de Berlim Leste passaria a controlar todas as vias de entrada na cidade.

Uma grave ameaça pendia novamente sobre o cenário europeu, sobretudo se tivermos em conta que, no caso de ela se produzir, se trataria de uma guerra nuclear. Desta vez, nada parecia persuadir o Kremlin a fazer marcha atrás e menos ainda a sugestão britânica de que se regressasse à mesa das negociações sobre a base existente no verão de 1959, quando as conservações se tinham interrompido.

Adenauer voltou a ser o mais firme a desaprovar a proposta, na altura em que o enchiam de incertezas as declarações, provenientes do outro lado do Atlântico, de altos representantes do Congresso e da Secretaria de Estado: o chanceler pensava que Kennedy procurava afastar o perigo de uma guerra a qualquer custo.¹² Esta mudança que tinha detetado podia fazer ruir os pilares da política externa alemã, estabelecidos no imediato pós-guerra. As esperanças depositadas nos Estados Unidos e na NATO para derrotar no campo diplomático a União Soviética desvaneciam-se perante a tibieza da resposta ocidental, ou pelo menos assim o interpretava o dirigente renano. Não obstante, apesar da sua cautela, a Casa Branca estava a tomar algumas medidas. Com perspicácia, escrevia no seu diário Herbert Blankenhorn (embaixador em Paris e um dos assessores mais próximos de Adenauer em matéria de política externa), após a reunião ministerial dos Estados Unidos, da França, do Reino Unido e da RFA, que decorrera em Paris durante os primeiros dias de agosto de 1961:

Nestas últimas semanas o mundo ocidental atingiu, nas suas relações com a agressiva União Soviética, o seu momento mais difícil desde 1945. É como se este enorme duelo de forças que, seja por erro, seja por incidentes de qualquer género, pode conduzir-nos rapidamente a uma catástrofe, nos exigisse um derradeiro e máximo

esforço que, talvez no último momento, permita que o mundo livre resista ao embate do comunismo. Têm razão os especialistas norte-americanos quando dizem [...] que outra oportunidade igual, nos próximos anos, envolveria um perigo muito maior e uma probabilidade de êxito muito menor. Temos de levar a cabo esta prova de força. Quanto mais seguro de si se mostrar o Ocidente, tanto mais certos podemos estar de que o governo soviético há de à última hora reconsiderar.¹³

Nas semanas seguintes, sempre atento às reflexões do seu embaixador, Adenauer não esticaria a corda, nem com exigências, nem com declarações estentóreas, confiando em que, uma vez celebradas as eleições legislativas na RFA, tivessem início as conversações com Moscovo sobre a questão alemã.

Desgraçadamente, o castelo de cartas depressa se desmoronou. Na tarde de 12 de agosto, Adenauer chegou a Rhöndorf, proveniente da sua querida Cadenabbia, no lago de Como, onde durante tantos anos passava os verões e de onde sempre voltava com energia redobrada. Horas mais tarde, Hans Globke, secretário da Chancelaria, deu-lhe a informação do fecho das ruas que ligavam as duas partes da cidade de Berlim. O que se seguiu já o sabemos.

A declaração oficial do chanceler foi contida, numa tentativa de apaziguar os ânimos e de evitar o confronto direto com as autoridades comunistas. Como prova disso, manteve os atos eleitorais previstos para aqueles dias – antes da convocação de eleições legislativas para 17 de setembro –: um gesto excessivamente claro para os numerosos alemães que o supuseram mais preocupado com o resultado eleitoral do que com a gravidade da situação. Pior ainda, naqueles dias as críticas – e até as ofensas – ao seu direto adversário, Brandt, sobrepuseram-se às intervenções de solidariedade com o povo de Berlim, que só foi visitar nos dias 22 e 23 de agosto.

A mesma falta de resolução havia-se apoderado de britânicos e norte-americanos: o medo de uma conflagração paralisava a resposta ocidental, que foi muito débil. Como já vimos, tanto a Casa Branca como o Eliseu solicitaram garantias totais para os voos com destino ao setor ocidental, o que pressupunha aceitar a divisão da cidade.¹⁴

No dia 16 de agosto, Willy Brandt dirigiu-se, da Câmara Municipal de Berlim Ocidental, em Schöneberg, a cerca de duzentos e cinquenta mil

berlinenses, escandalizados com o que tinha sucedido. Entretanto, Adenauer assinou em Bonn um comunicado conjunto com Andrei Smirnov, o embaixador soviético: «A República Federal não tomará nenhuma decisão que possa fazer perigar a situação internacional.»¹⁵ A mensagem era absolutamente conformista, mas a autoridade federal não podia fazer muito mais do que indignar-se em privado, quando a resposta norte-americana tinha sido temporizadora. Pelo seu lado, Brandt atacou com firmeza o fecho da fronteira, comparando inclusivamente o regime comunista da RDA com o Terceiro Reich e mostrou a solidariedade existente entre o resto dos berlinenses e os seus irmãos do Leste. Por último, entre mostras de fervor dos ali presentes, pediu ações políticas mais do que palavras, tal como – dizia – tinha transmitido por carta ao presidente Kennedy.¹⁶ Em resposta, este apenas se dispôs a mandar mais tropas como demonstração de repúdio, mas recusou a hipótese de pedir um novo estatuto para Berlim Ocidental. O inquilino da Casa Branca não encarava a possibilidade de uma maior ingerência nos assuntos soviéticos na Alemanha. Na realidade, Khrushchov tinha dado provas de grande habilidade ao perceber na Cimeira de Viena qual era o interesse fundamental de Kennedy e atuara em consonância com isso: para o norte-americano, o substancial era a segurança do acesso a Berlim, coisa que Khrushchov lhe assegurara, desde que Washington não interviesse nas decisões soviéticas a respeito do setor oriental da cidade.

Durante o ano de 1962, aumentou a tensão entre os Estados Unidos e a URSS, por causa do conflito dos mísseis em Cuba. Os aviões U2 norte-americanos tinham obtido provas irrefutáveis dos preparativos para instalar rampas de lançamento de mísseis de médio alcance a poucos quilómetros da costa da Florida. Após dias de ameaças e negociações, que estiveram quase a provocar um conflito entre as duas superpotências, a situação acalmou-se em finais de outubro e a imagem do presidente Kennedy reforçou-se junto da opinião pública ocidental, enquanto defensor dos princípios e valores dessa parte do mundo.

Ainda aureolado pelo sucesso, na primavera de 1963 o presidente Kennedy fez uma viagem de quatro dias à RFA e, em 26 de junho, aterrou no aeroporto berlinense de Tegel. Havia grande expectativa sobre aquilo que ele iria dizer; na verdade, tinha havido ásperas discussões, no seio da sua equipa, a respeito da oportunidade de fazer escala naquele enclave conflituoso. Os cálculos mais precisos falam de umas trezentas mil pessoas concentradas em redor da Câmara Municipal em Schöneberg,

para ouvirem o carismático líder norte-americano. Era o primeiro governante ocidental a pôr os pés em Berlim uma vez construído o Muro e o discurso que se concluiria com o conhecido «*Ich bin ein Berliner*» converter-se-ia num dos mais famosos da sua trajetória política. A moderação revelada em alocações anteriores, com mostras claras de um espírito conciliador para com a URSS, converteu-se com uma simples declaração na linha mais ortodoxa da doutrina da contenção do comunismo formulada por Truman.

O discurso foi curto e grosso: «Há quem ainda diga que embora o comunismo seja um sistema perverso, ele permite alcançar algum progresso económico. Venham a Berlim!»; «O Muro é a demonstração mais terrível e dura do fracasso do sistema comunista»; «A liberdade é indivisível e mesmo quando uma só pessoa está escravizada ninguém se pode considerar livre». Estas e outras frases seriam muito divulgadas pelos meios de comunicação social, pois punham termo à antes notada atitude contemporizadora com os soviéticos. Na verdade, o presidente não seguiu o guião preestabelecido; provavelmente por causa da pressão ambiental.¹⁷

A posição norte-americana tinha sido por fim exposta, com contundência, pelo presidente. Durante os meses que se seguiram houve um ambiente de certa tranquilidade. A situação de facto converteu-se em rotina, progressivamente interiorizada pelos habitantes de Berlim Ocidental, enquanto o seu Senado levava a cabo negociações e alcançava alguns acordos com as autoridades da Alemanha Oriental, no sentido de flexibilizar em determinadas datas as visitas a um e a outro lado.

Os anos imediatamente posteriores a esta abertura de negociações foram, pois, anos de permanentes confrontos dialéticos e de discordâncias a respeito do estatuto e do futuro da antiga capital do Reich. O Tratado de Amizade, Assistência Mútua e Cooperação, subscrito pela URSS e pela RDA a 12 de junho de 1964, considerava Berlim uma «unidade política independente», o que, na realidade, significava algo muito concreto: todo o território de Berlim fazia parte da RDA, ainda que uma parte tivesse sido ilegalmente tomada pela RFA. Poucos dias volvidos, os aliados ocidentais negavam essa possibilidade, alegando o seu direito de ocupação.¹⁸ De igual forma, o artigo sétimo do referido tratado estabelecia que «a criação de um Estado único alemão, um Estado pacífico e democrático, pode apenas conseguir-se pela via da negociação, baseada na igualdade e no acordo, com a vontade dos dois Estados alemães».

Perante esta negativa, os soviéticos adotaram a estratégia de dificultar o mais possível o tráfego para a zona ocidental, com o objetivo de minar paulatinamente a economia da cidade e a confiança dos seus habitantes. Algumas medidas tomadas por Berlim Leste em finais da década de 60 foram especialmente incisivas. Assim, a 13 de abril de 1968 proibia-se a entrada a membros do governo e altos funcionários da administração da RFA; dois meses depois, a 11 de junho, tornava-se obrigatório obter passaporte e visto para passar a fronteira entre os dois Estados alemães e entre Berlim Ocidental e a RDA.¹⁹

O Muro após a *Ostpolitik*

Na RFA, a chegada dos sociais-democratas ao poder, se bem que em coligação com a CDU, marcara em 1966 o início de uma mudança de orientação na política externa de Bona, mudança essa que levaria à *Ostpolitik*. O acesso de Willy Brandt à Chancelaria federal, em outubro de 1969, com o apoio do Partido Liberal, serviu para fortalecer esta política de aproximação aos países comunistas, nomeadamente à RDA. A possibilidade de vir a obter com isso bons resultados dependia dos vínculos que o governo pudesse estabelecer com a União Soviética, pilar de todo o sistema. O primeiro assunto a ser resolvido foi o económico, de enorme relevância para o Kremlin, tendo em conta as potencialidades da RFA. Meses depois do acordo firmado em Essen a 1 de fevereiro de 1970, foi assinado em Moscovo, a 12 de agosto, um tratado político mediante o qual se renunciava explicitamente ao uso da força, além de se aceitar a inviolabilidade das fronteiras existentes, reconhecendo-se dessa forma, tacitamente, o *statu quo*. Ambos os Estados assumiam como fronteira entre a RDA e a RFA a que fora traçada após a guerra, assim como a linha Oder-Neisse para a separação entre a Polónia e a RDA. Ficava confirmado o direito das quatro potências à ocupação de Berlim, ao mesmo tempo que o governo de Bona admitia sem reconhecimento oficial a existência da República Democrática Alemã.

Depois desta assinatura, as perspectivas de um maior entendimento sobre a questão de Berlim melhoraram bastante. Berlim estava no centro de um possível desanuviamento entre os dois blocos, graças ao que se voltou a abrir o diálogo entre as quatro potências para aliviar a tensão neste ponto nevrálgico da Guerra Fria. Após várias trocas de

documentos de trabalho e cedências de ambas as partes, no verão de 1971 o fundamental do texto ficou acertado, tendo, a 3 de setembro, sido assinado o Acordo Quadripartido de Berlim, assim como o seu protocolo final, que seria complementado pelo Acordo de Circulação entre a RFA e a RDA, a 17 de dezembro desse mesmo ano. Depois dos problemas criados, em vários momentos, pelo bloqueio à zona ocidental, a mudança de atitude da URSS plasmada naqueles acordos implicava uma nova atmosfera, verdadeiramente favorável ao desanuviamento: Moscovo aceitava de forma explícita o compromisso de levantar os impedimentos do acesso a Berlim. Neste mesmo sentido, era aligeirado o procedimento de controlo dos viajantes que transitavam diretamente de Berlim Ocidental para a RFA, limitando esse controlo à identificação das pessoas. Os soviéticos obtinham a garantia de que, tanto os aliados ocidentais como o governo da República Federal renunciavam a «atos de soberania sobre Berlim», isto é, a qualquer manifestação institucional ou oficial, como as reuniões do Bundestag, as eleições do presidente federal e outras cerimónias de Estado que no passado tinham suscitado tensões entre as duas partes. Os vínculos entre Berlim Ocidental e a RFA continuariam limitados pelos direitos de ocupação, o que reafirmava o seu particular estatuto – o facto de a cidade não pertencer à República Federal – mas, em todo o caso, era muito significativo que Moscovo reconhecesse os laços especiais que uniam as duas entidades.²⁰

Após uma época de certa tranquilidade – fruto, sem dúvida, da *Ostpolitik* –, em agosto de 1984, as declarações de Hans Apel, cabeça de lista social-democrata às eleições em Berlim Ocidental previstas para o ano seguinte, provocaram uma controvérsia, quando ele afirmou, num aniversário tão marcante como o da construção do Muro, que estaria disposto a aceitar a existência de dois Estados alemães. De imediato, enquanto os seus colegas do SPD elogiavam o seu realismo, as forças conservadoras acusaram-no de adotar a posição do Kremlin, rompendo assim o consenso a respeito da política externa federal.

A polémica nos média, alimentada por opiniões diversas, deu nova atualidade ao sempiterno problema da reunificação. O gotejar de cidadãos da Alemanha de Leste em busca de subterfúgios para poderem passar para a outra zona era constante, perante a política restritiva de Berlim Oriental quanto às autorizações de saída concedidas aos seus habitantes. O refúgio nas embaixadas ocidentais dos países do Leste continuava a ser a melhor opção, mas era muito difícil consegui-lo. Por